

TRAJETÓRIA RECENTE DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL: (RE) PENSANDO A VALORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES

Laura Helena Barros da Silva¹

¹Professora de Educação Básica Técnica e Tecnológica, Instituto Federal do Pará, Mestra em Sociologia, Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade – Linha de Pesquisa em Educação Profissional e Trabalho na Amazônia (laura.barros@ifpa.edu.br).

RESUMO

O Ensino Profissional no Brasil completou 105 anos e a trajetória dessa educação é marcada pela criação de Decretos e Leis que orientam a sua ação junto a sociedade brasileira. O presente trabalho visa apresentar e discutir as recentes políticas brasileiras voltadas para o ensino profissional. Sabe-se que, historicamente, o Brasil relegou a educação profissional a um segundo plano das políticas educacionais, por tratá-la, principalmente, como qualificação da classe trabalhadora, para que esta fosse capaz de ingressar no mundo do trabalho como mão de obra apta a atender às demandas empresariais. Para trazer à tona tal discussão, o presente trabalho desenvolveu-se como pesquisa qualitativa, que privilegiou as análises de documentos oficiais do Ministério da Educação, disponíveis no site do governo federal.

OBJETIVOS

- Avaliar a Trajetória da Educação Profissional no Brasil no período de 2003 a 2013;
- Apresentar dados estatísticos que corroboram para o crescimento da Educação Profissional no Brasil;

RESULTADOS

Os gráficos abaixo demonstram o crescimento da Educação Profissional no Brasil, no que se refere a matrículas, orçamento e expansão da Rede Federal. Esses dados foram retirados de fontes secundárias, que tratam do Censo da Educação no Brasil, foram dados referentes ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, no ano de 2010.

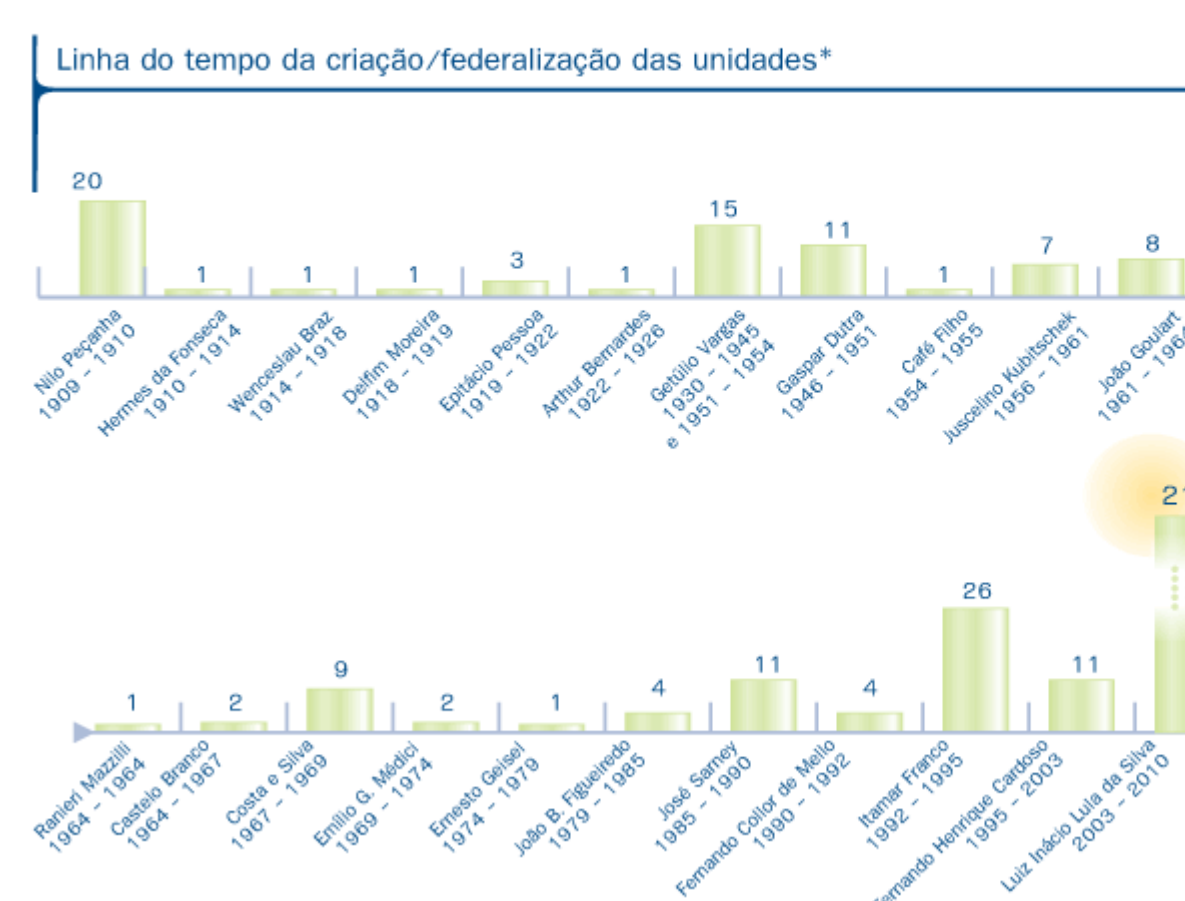
DISCUSSÃO

As legislações analisadas são do período de 2003 a 2013, coincidindo, assim, com a ascensão política do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder. A Lei de Diretrizes e Bases Educação Brasileira (LDB) 9.394/96 estabelece a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil como modalidade de ensino que pretende garantir ao cidadão dois direitos fundamentais, são eles: o direito a Educação e o direito ao trabalho. Como consequências deste modo de compreender a educação profissional, dois decretos desfilaram entre o final da década de 90 e início do século XXI, como marcos legais que tinham por objetivo executar a referida modalidade, são eles: Decreto 2.208/97 e Decreto 5.154/04. Quando analisados de modo comparativo, percebe-se claramente que no primeiro ainda repousava a ideia de uma educação profissional que não dialogava com a formação intelectual do trabalhador. Já o segundo Decreto assegurou o chamado “currículo integrado” que vem a ser a formação do trabalhador a partir de disciplinas técnicas (que dependem da área tecnológica na qual o curso é realizado) e de formação geral (as ciências tradicionais, tais como a matemática, química, física, história, sociologia e outras), sem que haja sobreposição de uma sobre a outra. No entanto, é somente com a Lei nº 11.741 de 2008 que se consolida no país, no campo das políticas, a educação profissional institucionalizando a forma integrada de nível médio, a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica..

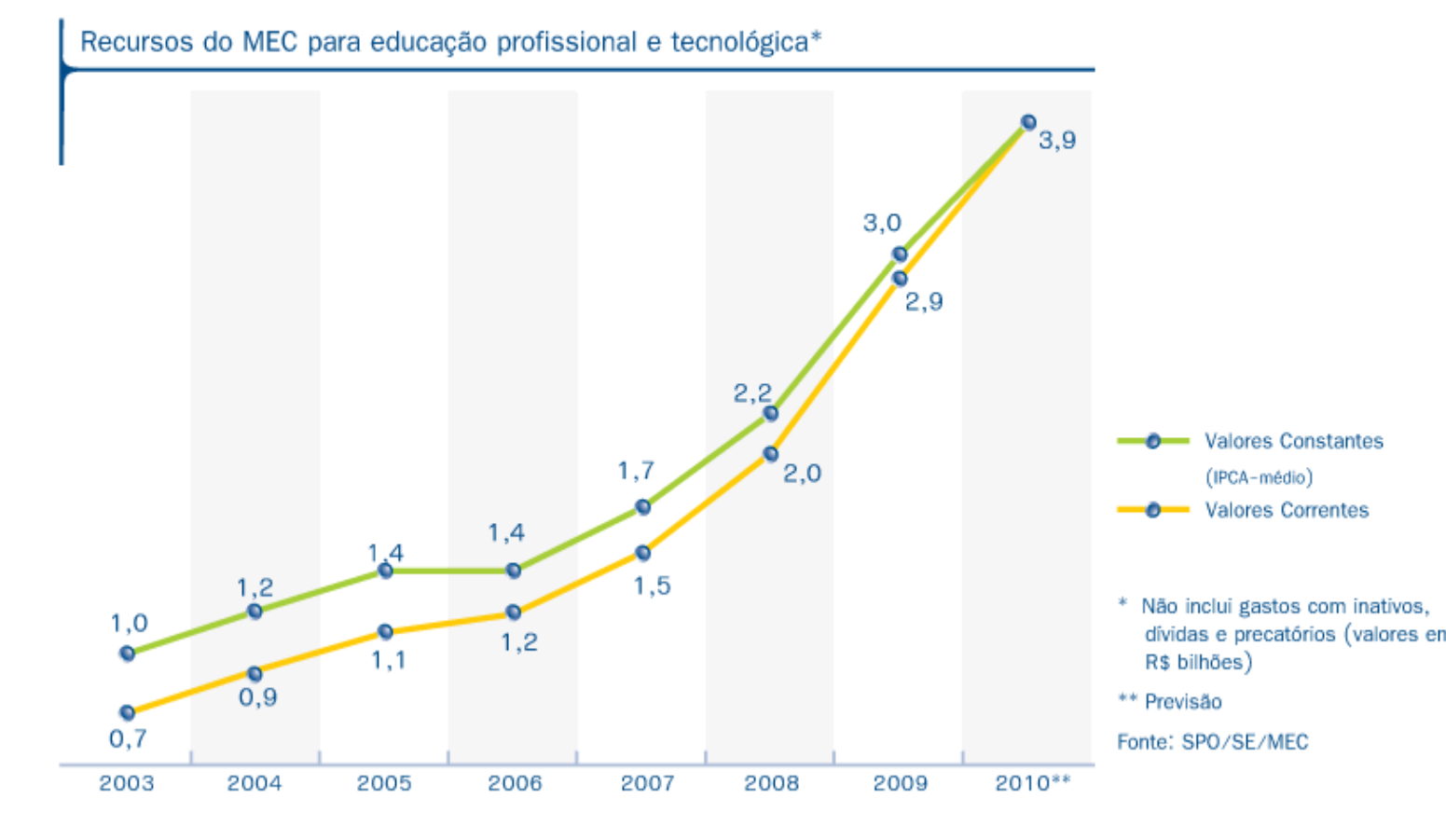
REFERENCIAS

- BRASIL. Decreto Nº5154/2004. **Regulamenta o Parágrafo 2º da Lei 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação profissional, 2004;**
 _____. Parecer Nº 11/2012 **regulamenta as Diretrizes Curriculares da Educação Profissional, 2012.**
 FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições** – 3ª ed., Editora Cortez, 2012.

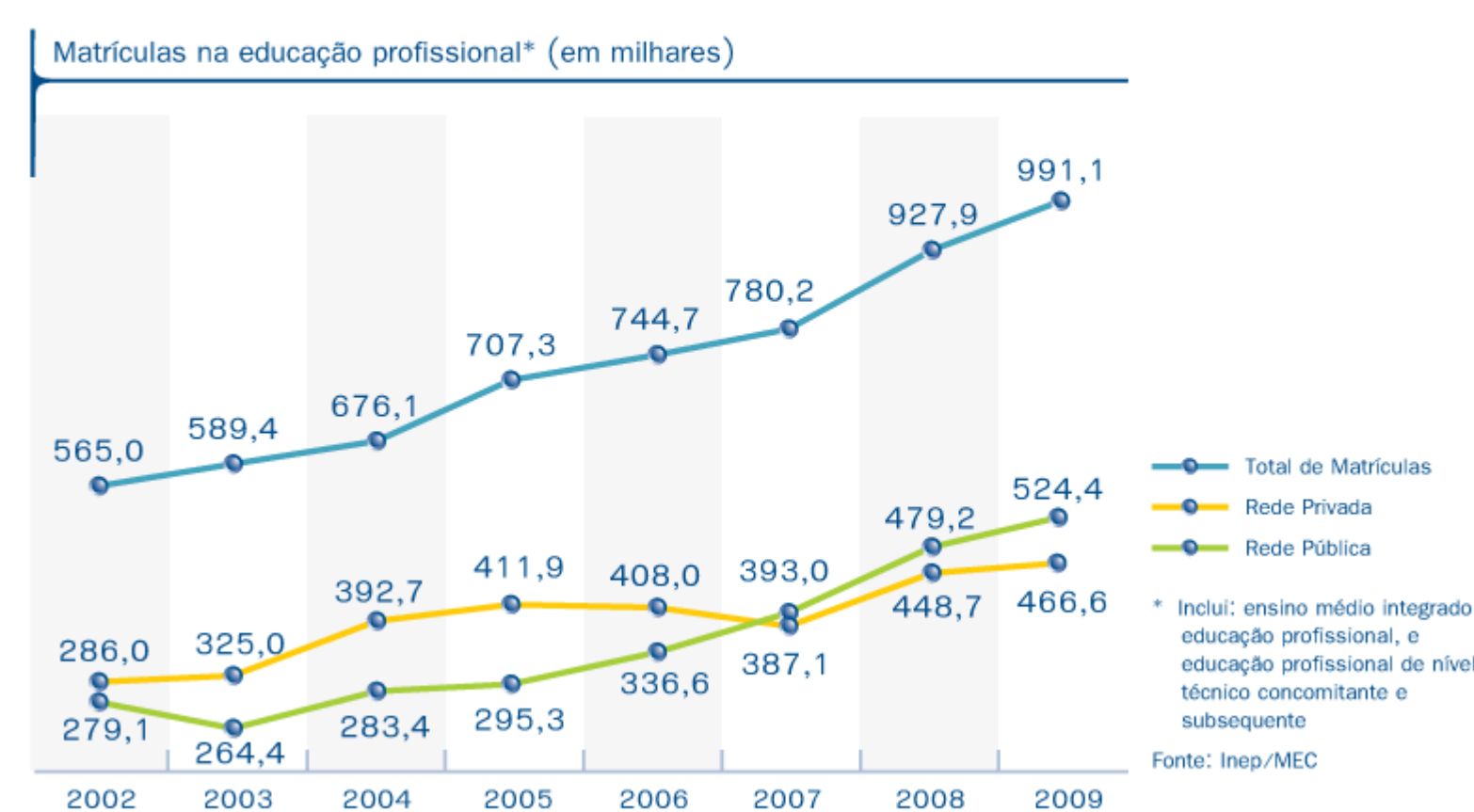
EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA



CONCLUSÃO

Com o passar desses anos e a implementação das políticas públicas voltadas para a educação profissional, percebe-se que a integração curricular e humana não ocorre de modo homogêneo e linear, pois a partir da investigação realizada foi possível detectar que ainda que pela recente Lei 11.471/2008 e o Parecer CNE/CEB Nº11/2012, a educação profissional busque a superação de dicotomia da formação intelectual versus formação de trabalhadores, ela traz em si contradições que reforçam tal separação. O que pode ser visto quando se problematiza a práxis docente na educação profissional que não garante a efetiva integração de conhecimentos de diferentes áreas com as práticas do discente. Ao mesmo tempo, revela-se um esforço do governo federal de manter no campo do discurso uma exaltação ao ensino dos trabalhadores, mas fomenta (com diversos programas) a formação acelerada e voltada para o mercado.